

**RESISTÊNCIA URBANA E ATIVISMO SOCIAL NA PRAIA:
O CASO DA “KORRENTI DI ATIVIZTAS”**

Silvia Stefani

Università degli Studi di Genova

Via Balbi, 5

16126 Genova, Italia

stefani.silvia16@gmail.com

Resistência urbana e ativismo social na Praia: O caso da *Korrenti di Ativiztas*

Este artigo visa compreender um fenómeno atual da realidade da Praia, capital de Cabo Verde. As transformações socioeconómicas, políticas e urbanas do contexto contribuíram para o surgimento de novos atores sociais, especificamente os gangues urbanos chamados thugs, ativos nos subúrbios da cidade. Atualmente, nos mesmos bairros apareceram movimentos de ativistas sociais, uma nova tipologia de organizações de rua. O artigo apresenta o estudo de caso do movimento Korrenti di Ativiztas e, com base nos dados etnográficos recolhidos, pretende delinear as peculiaridades deste movimento e das suas formas de intervenção, analisando também a dimensão de género do fenómeno.

Palavras-chave: Cabo Verde, movimentos sociais, gangues, desigualdade, masculinidades

Urban resistance and social activism in Praia: The case study of *Korrenti di Ativiztas*

The essay aims to grasp a current phenomenon of the reality of Praia, capital city of the Cape-Verdean archipelago. Socio-economical, political and urban changes of the context have concurred with the birth of new social actors, in particular the urban gangs called thugs, active in the low-income neighbourhoods. Nowadays, in the same districts movements of social activists are growing, being a new type of street organization. The essay presents a case study focused on the movement Korrenti di Ativiztas and, on the basis of the ethnographical data collected, it seeks to outline the peculiarity of this organization and of its actions, stressing the gender dimension embedded in the issue too.

Keywords: Cape Verde, social movements, gangs, inequality, masculinities

Recebido: 8 de agosto de 2015

Aceite: 16 de fevereiro de 2016

Praia, capital de Cabo Verde, representa um contexto complexo e uma plataforma interessante para observar as transformações socioeconômicas, políticas e culturais do arquipélago. Na capital, que abriga 62% da população residente no país (Lima, 2012a, p. 125), as contradições que caracterizam o modelo de desenvolvimento econômico e político adotado da classe dirigente cabo-verdiana encontram-se de forma enfatizada. A cidade é marcada pelas crescentes desigualdades socioeconômicas e pelas dinâmicas de marginalização e violência simbólica, condições favoráveis para o surgimento de vários fenômenos de contestação e resistência urbana. Entre estes, por volta dos anos 2000, inclui-se o nascimento de gangues urbanas conhecidos como *thugs*, que podem ser considerados uma forma de resistência contra-hegemônica. Nos últimos anos, o espaço social e simbólico ocupado pelos gangues está a tornar-se campo de ação de uma nova forma de organização de rua, os movimentos de ativistas sociais. Com este artigo visa-se destacar a emergência desses movimentos, através do estudo de caso do movimento *Korrenti di Ativistas*, localizado no bairro de Achada Grande Frente, área popular de tradição piscatória, situada perto do cais da cidade. A análise desenvolve-se com base nos dados qualitativos recolhidos em uma pesquisa etnográfica realizada em 2014 na cidade da Praia, onde as atividades da *Korrenti* foram acompanhadas através da utilização das técnicas de observação participante e de entrevista qualitativa.

A primeira parte do artigo analisa o contexto urbano da Praia, destacando as transformações políticas, econômicas e urbanas que contribuíram na estruturação da situação atual. Em particular, evidenciam-se as escolhas neoliberais, políticas e econômicas, e os elementos de continuidade com o passado colonial, considerando as suas consequências em termos de desigualdade socioeconômica, exclusão social e limitação da participação política.

A seguir, individualiza-se a cidade como um novo espaço de luta contra-hegemônica, onde surgiram as formas de resistência citadas. Depois de destacar a atual transição nos subúrbios entre gangues urbanas e movimentos de ativistas, o ensaio foca-se na *Korrenti di Ativistas*. Com base nos dados etnográficos, analisam-se as performances, as práticas e os discursos desenvolvidos pelos membros da *Korrenti*, destacando potencialidades, contradições e contribuições na questão da resistência urbana.

As trajetórias de desenvolvimento no contexto da Praia

Um país com baixa intensidade democrática

O Estado de Cabo Verde apresenta-se como uma experiência de sucesso no panorama africano, quer graças à estabilidade da democracia representativa pluripartidária em vigor desde 1991¹, quer ao relativo crescimento económico que levou a nação à promoção de “país com índice de rendimento médio” (Bordonaro, 2012a, p. 129). Uma análise mais profunda da realidade cabo-verdiana mostra um cenário muito mais complexo e problemático. As ambiguidades e as contradições do sistema político e económico do país manifestam-se com mais intensidade na cidade da Praia, sendo teatro de profundas transformações nas últimas décadas. Focando-se na dimensão política local, Lima (2012c, p. 283) utiliza a definição de Banquero de “desconsolidação democrática”, processo em que as instituições públicas são utilizadas para interesses particulares. Declinando este conceito teórico na realidade de Cabo Verde, o sociólogo argumenta que, desde a época pós-independência, a política foi orientada para os interesses familiares ou individuais e a apropriação indevida de bens públicos. Além disso, a política é percebida como um dos meios mais eficazes de ascensão social (*ibid.*, p. 266), devido à ausência de uma tradição empresarial consolidada e à reprodução das dinâmicas da fase tardo-colonial em que a burocracia do aparato de domínio empregava a maioria da pequena burguesia local (Varela, 2013, p. 11). Tanto na época do partido único, como na atual fase de profunda bipartidarização da sociedade, frequentemente as pessoas ingressam em um partido político com a aspiração de encontrar um trabalho (Lima, 2012c, p. 267). Desejando ter uma carreira, assimilam-se, portanto, ao pensamento dominante partidário, evitando aportar contribuições individuais ou expressar dissidência. A população manifesta atualmente forte desconfiança e descontentamento em relação à política local, que consideram movida por interesses particulares e prejudicada pela corrupção geral (*ibid.*, p. 264).

Além disso, considerando a análise de Varela (2008, p. 2), é possível assumir Cabo Verde como sujeito a um neocolonialismo político que se manifesta no conceito da “boa governação” promovida a nível internacional. O autor destaca, ainda, que a boa governação se traduz atualmente no Estado de direito e na democracia representativa. Este tipo de democracia, entretanto, não passa de uma “democracia de baixa intensidade”, que promove a estabilidade política do país, mitigando as tensões sociais ligadas ao carácter excludente do sistema, mas

¹ Desde 1975, data da independência do arquipélago, até 1991 Cabo Verde foi governado pelo partido único PAICV, surgido do PAICG, partido de libertação de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, de inspiração socialista. Em 1991 houve a transição pacífica para um modelo democrático pluripartidário, através das eleições que premiaram o recém-nascido partido de oposição MpD.

sufocando as aspirações de efetiva participação política. Esta forma de governo traduz-se em uma ferramenta funcional à expansão da governação global neoliberal (*ibid.*, p. 4). A redução do nível de participação política em Cabo Verde contribuiu ao estabelecimento de um consenso, imposto do alto, relativo à política neoliberal impulsionada pelo Governo (Alves, 2010, p. 166).

Desenvolvimento neoliberal e desigualdade socioeconómica

Após o fim da década de 1980, de facto, a política cabo-verdiana foi orientada para a inserção do país na economia global, “privilegiando o mercado em detrimento das populações” (Lima, 2012a, p. 146). O desenvolvimento económico impulsionado no arquipélago baseou-se no apoio ao setor privado, através de uma progressiva privatização das empresas públicas (Lima, 2010, p. 2). As escolhas políticas e as reestruturações económicas estimuladas pelo FMI e pelo Banco Mundial determinaram a passagem do arquipélago de uma produção fortemente estatal a um regime de produção tardo-capitalista, caracterizado pela desregularização e privatização (Lima, 2012c, p. 277). A abertura neoliberal favoreceu os investimentos internacionais nos setores do turismo e das construções, contribuindo para o crescimento económico nacional, que na segunda metade da década de 1990 se consolidou com uma média anual de 8,4% (Lima, 2010, p. 3). As vantagens dessa transformação económica, contudo, concentraram-se em uma porção limitada da população e até provocaram um incremento da desigualdade económica, que de 1988 a 2002 subiu de 0,43 para 0,59² (Sangreman, 2009, p. 28). Essa transformação económica está a determinar uma progressiva polarização do trabalho. Ao lado de escassos empregos para trabalhadores altamente qualificados no setor de administração e de finanças, de facto, amplia-se a demanda de mão de obra de baixo custo por trabalhos que oferecem escassos recursos tanto a nível económico como simbólico.

A abertura económica determinou o enraizamento da sociedade de consumo, que estabelece as metas sociais às quais aspirar, concretizando-as em objetos de consumo apresentados pelos meios de comunicação como acessíveis a todos. Os jovens tornam-se o alvo ideal na sociedade de consumo e ao mesmo tempo são os mais afetados pelo crescente desemprego local³ e pela falta de oportunidades, experimentando o que Balandier (1985) definiu como o “paradoxo da modernidade”. De facto, ao mesmo tempo, vivem, por um lado, o aumento de aspirações e desejos, ligados à maior acessibilidade à educação e aos panoramas imaginários espalhados pelos meios de comunicação (Appadurai, 1996), e, por outro, a

² Índice Gini, que mede a desigualdade económica.

³ O desemprego atinge 41,8% da população entre os 15 e os 25 anos em 2007 (Dados INE em Martins, 2010).

restrição das possibilidades reais de afirmação, com subsequentes vivências de frustração.

Transformações urbanas e segregação territorial na Praia

O cariz excludente do capitalismo, que não deixa de ser uma máquina que rejeita quem não consegue se integrar na sua lógica (Lima, 2012c, p. 276), reflete-se concretamente nas características urbanísticas da capital. Desde a década de 1990, a cidade tornou-se destino da imigração do interior e da costa africana, fazendo com que a sua população quase duplicasse em menos de vinte anos (Furtado, 2008, p. 80). Sassen (2010, p. 15) analisa como os processos de globalização contribuíram para a construção de novas geografias de centralidade e marginalidade que fazem perder sentido à tradicional divisão entre países pobres e ricos, sendo transversais a esta. Zonas extremamente pobres e marginais desenvolvem-se entre as grandes metrópoles do Norte do mundo, enquanto no Sul emergem novas “cidades globais”, que se tornam centros da economia mundial. Estas divisões entre centralidade e marginalidade reproduzem-se também nas “cidades globais”, onde as poucas áreas centrais atraem investimentos significativos, em detrimento das áreas urbanas de baixos rendimentos. Praia encaixa-se parcialmente nas dinâmicas descritas por Sassen, visto que o processo de urbanização da cidade viu o surgimento de um número limitado de bairros de altos rendimentos, os “centros”, nos quais a elite se concentrou⁴, rodeados por um número crescente de bairros populares espontâneos⁵, as novas “periferias” (Lima, 2011b, p. 3). Entre os centros e as periferias desenvolvem-se relações de mútua dependência (Sassen, 2010, p. 18), pois a população rica dos primeiros gera uma constante demanda de bens e serviços que é satisfeita através das atividades económicas informais e ilegais realizadas pelos moradores das periferias, como o comércio do peixe, o trabalho doméstico e o narcotráfico. Essa dependência, entretanto, articula-se em relações de poder desequilibradas, que tornam possível o crescimento da elite dos centros graças à exploração do trabalho pouco remunerado e em condições precárias da população das periferias. Nos bairros encontram-se grupos internamente homogêneos e externamente diferenciados, entre os quais dificilmente se realiza uma coexistência, alimentando a segregação da cidade (Innerarity, como citado em Lima 2011b, p. 3). Além disso, o aparecimento do fenómeno da violência urbana nos anos 2000 contribuiu para o aprofundamento dessa cisão e uma urbanização que pode ser definida excludente (Lima, 2012a, p. 1).

⁴ Tradicionalmente a elite ficava no Plateau, centro administrativo originário da cidade onde estavam localizadas as habitações dos portugueses colonizadores e, após a independência, da elite cabo-verdiana.

⁵ Construídos sem planificação urbanística.

O desenvolvimento urbano da Praia está a reproduzir a divisão espacial existente na sociedade colonial e escravocrata (Lima, 2012a, p. 129). Varela argumenta que na Praia as tensões centro-periferia desde sempre se articularam na relação branco-negro “através de um discurso negativo e discriminatório traduzido na prática pelo antigo sistema escravocrata no relegar do tipo negro, mestiço, cabo-verdiano para a margem, a periferia” (como citado em Lima, 2012a, p. 129). A relação de subjugação e estigmatização do escravo negro transformou-se com o tempo e hoje encontra-se a figura do “badiu”, o cabo-verdiano originário da ilha de Santiago. Foram acrescentadas, a essa relação, conotações negativas, como a pobreza, a violência e a escassa educação da população dos subúrbios (*ibid.*). A segregação espacial da cidade traduz-se em uma diferenciação da população em relação ao lugar de residência, que se torna o índice mais próximo ao nível socioeconómico do indivíduo.

A cidade como novo campo de luta

Partindo da análise desenvolvida, considera-se que atualmente em Cabo Verde, como em vários contextos da realidade neoliberal global, a cidade representa o epicentro paradigmático da sociedade, onde profundas diferenças sociais, económicas e culturais se concentram em um campo geográfico limitado. A sociedade da Praia, como destacado, apresenta um cariz fortemente excludente, que marginaliza uma parte da população e da cidade. Esta situação afeta especialmente os jovens dos subúrbios, que, excluídos do mercado de trabalho e estigmatizados pelo discurso dominante como perigosos ou preguiçosos (Lima, 2010, p. 6), continuam em uma condição de limiaridade entre a juventude e a idade adulta. A impossibilidade de encontrar um trabalho fixo, uma habitação própria e de criar uma família independente (Martins, 2010, secção *Transition*) torna a juventude, como Singerman (2011) definiu, *waithood*, um tempo de frustrações e falta de perspetivas. Lima (2010) considera que muitos destes jovens estejam envolvidos em processos de desafiliação (Castel, como citado em Lima 2010, p. 8), pois são descoletivizados por uma parte da sociedade, mas ao mesmo tempo formam novos grupos sociais nos subúrbios em um processo de socialização paralela. O mesmo carácter excludente da cidade cria, então, condições para a organização e a emersão da voz dos subalternos. Sassen (2010) destaca que a desigualdade social e a marginalização presentes nas cidades modernas as tornam cenários de novas reivindicações e formas de atividade política que fogem à sua definição oficial.

Em grande parte a política urbana é concreta, mais praticada pelas pessoas do que dependentes das tecnologias mediáticas de massas. Nesse sentido, a atividade desenvolvida a partir da rua torna possível a formação de novos sujeitos políticos estranhos ao sistema oficial (*ibid.*, p. 23).

A história de Cabo Verde, desde a época colonial até aos dias de hoje, construiu-se em uma dialética entre formas de dominação e de resistência em constante transformação. Avança-se a hipótese que hoje, no arquipélago, a cidade represente uma “nova colônia”: as dinâmicas de exclusão e domínio da sociedade escravocrata e colonial continuam a ser reproduzidas em novas formas na atual sociedade neoliberal e marginalizadora. Não só a governação, como argumenta Varela (2008, p. 12), mas a cidade torna-se o campo epistemológico e físico onde se confrontam o modelo estatocêntrico hegemónico de desenvolvimento e a resistência de numerosos atores sociais contra o seu carácter excludente.

É neste contexto que, após a década de 2000⁶, Cabo Verde se tornou teatro do aparecimento de vários gangues de rua. Os gangues surgiram organizados ao redor das figuras dos “deportados”, cabo-verdianos emigrados, em grande número, nos Estados Unidos e repatriados por razões de condutas desviantes⁷. Estes gangues, auto e hétero-definidos *thugs*, do termo criado pelo rapper norte-americano Shakur Tupac, caracterizavam-se pelo estilo baseado na cultura transnacional hip-hop e foram considerados responsáveis pelo crescimento da violência urbana na cidade da Praia, em termos de tiroteios, narcotráficos e assaltos, definidos *kasu bodi*⁸. Os grupos *thugs* representaram para muitos jovens dos subúrbios um fórum de afirmação pessoal alternativo (Lima, 2012a, p. 140), onde era possível construir uma identidade não subalterna (Bourgois, 1996). A violência exercida tornava-se uma ferramenta de empoderamento e autoafirmação (Bordonaro, 2012a, p. 133) e as atividades criminais de tráfico, furtos e roubos ofereciam possibilidade de sustentação económica para os jovens envolvidos. Vários investigadores, reconhecendo no surgimento do fenómeno o papel da violência estrutural e simbólica vivenciada pelos jovens dos subúrbios, sublinham que os *thugs* constituem uma forma de resistência, embora ambivalente, à sociedade dominante e excludente. Lima (2012a, p. 147) destaca o carácter sociopolí-

⁶ Lima (2012b) destaca que o fenómeno não é uma novidade, mas está em continuidade com experiências precedentes de gangues como os “piratinhos” e os “netinhos da vovó”. O sociólogo analisa as novidades que caracterizam os gangues dos anos 2000, mas também evidencia que o discurso dominante da novidade e da proveniência exterior do fenómeno tenha a função de ocultar a violência estrutural e simbólica presente na sociedade da Praia que tem um papel importante no surgimento dos gangues.

⁷ Por vezes simplesmente devido à falta de documentos regulares de migração.

⁸ Crioulização da expressão inglesa *cash or body*. Também utilizado para indicar grupos de rapazes mais jovens que realizavam assaltos com armas, sem ter o conhecimento do código da rua criado por Tupac seguido pelos *thugs*. Hoje a divisão entre *thugs* e *kasu bodi* perdeu parte do sentido, até que *thug* virou sinónimo de delinquente e *kasu bodi* de assalto (Lima, 2010, p. 25).

tico presente nestes grupos e compara-os com as organizações juvenis informais. Varela (como citado em Lima, 2010, p. 11) considera que a resistência em Cabo Verde desenvolveu-se em diversas formas e sugere um paralelo entre as revoltas dos morgadios nas montanhas na época colonial e a atual violência urbana exercidas pelos *thugs* no contexto urbano da Praia.

Os anos 2009 e 2010 caracterizaram-se pela intensa ação de repressão ao fenómeno da violência urbana pelo Governo, segundo o modelo globalizado de “tolerância zero” (Bordonaro, 2012b). O governo local desenvolveu um processo de pacificação dessas “novíssimas guerras” (Moura, como citado em Lima, 2014, p. 17), baseado em três pilares: a demonização mediática dos *thugs* e da cultura hip-hop, uma feroz repressão policial e o financiamento de projetos sociais comunitários nos bairros considerados mais problemáticos (Lima, 2014, p. 17). Contudo, não alteraram as condições subjacentes à questão dos gangues, os jovens continuam desempregados, sem perspectivas, excluídos e desvalorizados pela sociedade. A diminuição da violência urbana, registrada a partir de 2012, acompanhou-se da emergência de novas formas de organizações de rua que se autodefinem como movimentos de ativistas sociais, localizados nos mesmos bairros populares e que muitas vezes envolvem os mesmos jovens ex-membros dos gangues. Estes movimentos compartilham características e relações de colaboração com as numerosas associações comunitárias dos bairros, desenvolvendo todavia um cariz mais político, inspirado na figura de Amílcar Cabral⁹. Atualmente, na Praia, as organizações que se consideram ativas e mais próximas destas características são o movimento do hip-hop consciente, baseado no grupo afrocêntrico Ra-Tecnologie, o movimento Samkofa e o movimento *Korrenti di Ativiztas* (Lima, 2014, p. 17). Neste último, surgido no bairro de Achada Grande Frente, foca-se a pesquisa etnográfica na base deste artigo. A *Korrenti* nasceu em 2012 da experiência do projeto “Simenti”, que visava promover o desenvolvimento do bairro popular de Achada Grande Frente. A suspensão dos financiamentos¹⁰ levou alguns membros do projeto a criar o movimento *Korrenti di Ativiztas*. Tal organização foi pensada para instituir uma rede com todas as lideranças comunitárias dos subúrbios da cidade, com objetivos de crítica política contra o sistema hegemónico e a classe dirigente e de atividade política urbana *bottom-up*. A seguir serão analisadas as peculiaridades da política urbana realizada pela *Korrenti*, considerando que, embora existam diferenças profundas entre os movimentos referidos, esta análise poderá proporcionar informações úteis acerca da situação atual da população

⁹ Herói nacional da libertação. Lima (2010, p. 14) evidencia como nos anos 90 a referência identitária de Cabral teria perdido parte da sua difusão, por causa da representação dos anos sucessivos à independência como ditadura do partido único cabralista.

¹⁰ Financiamentos provenientes principalmente da Cooperação Francesa e da Fundação Esperança.

dos subúrbios e das formas de resistência que estão a surgir depois das políticas de pacificação dos *thugs*. A situação da Praia, embora com características idiosincráticas, insere-se no mais amplo contexto mundial, em que os movimentos sociais estão a se constituir como principais atores da agenda cosmopolita contra-hegemónica (Pureza, 2014, p. 2).

A arma da subcultura

Para compreender a realidade da *Korrenti di Ativistas*, entretanto, poderia ser útil considerar dois níveis no movimento, que se interligam na prática, mas que podem ser considerados analiticamente distintos. O primeiro nível está ligado à crítica política e às ações de resistência e declaração de oposição, já presentes entre os *thugs*, por exemplo, através das performances de *gangsta rap* (Lima, 2012c, p. 281). O segundo nível também apresenta uma forte continuidade com a experiência dos gangues. De facto, a *Korrenti*, como os gangues, representa um fórum alternativo de socialização e afirmação para os jovens do bairro que buscam estratégias de empoderamento em um contexto desfavorável. A este propósito, a performance estética e corpórea desenvolve um papel central: os ativistas¹¹, como os *thugs* (Lima, 2011c, p. 49), dedicam muita atenção à autoapresentação performativa. Os *cultural studies* britânicos foram os primeiros a focar a atenção do mundo académico sobre as subculturas juvenis, reconhecendo nelas um carácter de desafio contra a ideologia hegemónica, lançado de maneira indireta, através da arma do estilo (Hebdige, 1979). Os ativistas da *Korrenti*, na maioria jovens homens, vivem situações de desafiliação com a sociedade dominante e procuram símbolos e modelos alternativos ao redor dos quais podem construir um estilo partilhado no grupo, que se torna um instrumento precioso na construção do sentido de pertença e de uma imagem de si valorizada. A performance estética torna-se uma estratégia para sair da invisibilidade e expressar a própria diferença em relação ao sistema dominante. Esse estilo funda-se em parte em elementos derivados da subcultura hip-hop, a qual já tinha sido objeto de apropriação pelos grupos *thug*. A alteridade dessa subcultura transaccional veicula um valor especial: os imaginários provenientes de contextos diferentes são portadores de potencialidade de contraste ao sistema dominante graças às suas diversidades intrínsecas respeito à cultura local (Capello & Lanzano, 2012). Outros elementos do estilo do movimento, entretanto, são relativamente novos com respeito à experiência dos *thugs* e têm um carácter afrocêntrico e pan-africanista, em continuidade com ou-

¹¹ A partir desse parágrafo utilizarei a simples palavras “ativistas” para facilitar a leitura, mas é subentendido que se trata dos ativistas afiliados à *Korrenti*, como especificado anteriormente.

tras realidades como aquelas dos rapper conscientes e pan-africanistas surgidos em Cabo Verde (Lima, 2012c, p. 282). Os ativistas valorizam elementos da cultura local cabo-verdiana, adotam como modelo inspirador o herói da liberação nacional Amílcar Cabral e se apropriam de elementos de subculturas pan-africanistas transnacionais como o rastafarianismo e a música reggae. Acompanhar a *Korrenti* durante vários meses permitiu constatar como os membros do movimento gradualmente adotavam um estilo sempre mais compartilhado, incluindo a roupa camuflada, os *dreadlocks*, a súbmbia de Cabral, as cores ouro, verde e vermelho da bandeira da Etiópia.

Hoje na reunião da *Korrenti*, enquanto se discutia o que fazer em Assomada, observei o estilo dos meus colegas. A roupa camuflada parece contagiosa, antes ou depois todos a vestem. Hoje vestem-na José¹² e Luiz. Kriu tem um chapéu de rasta, Djon chapéu, *dreadlocks* e casaco verde militar. O único que não se conforma com o estilo é Santiago. Veste-se normal, com cores claras, camisas pesadas. Mas hoje ele também tem o chapéu de Cabral na cabeça, para marcar performativamente a sua adesão à *Korrenti*. (Notas de campo, 3 abril 2014)

Em uma entrevista, um membro da *Korrenti* evidenciou que a roupa camuflada, derivada da tradição rastafariana, é um símbolo para declarar

que estamos sempre na luta, contra as desigualdades da vida, contra as dificuldades. Luta para melhorar as condições da vida nossas e dos outros. Luta porque somos indignados. Não paramos, não cruzamos os braços, estamos sempre de pé, como diz Bob Marley: “*Wake up, stand up! Stand up for your rights!*”. Bob Marley fala da nossa luta. Ouvimos rap e reggae porque são músicas de reivindicação!

A tradição rastafariana constitui um elemento ulterior de inspiração para a *Korrenti*. No quarto de Adélio, um ativista, encontram-se em um interessante sincretismo cartazes dos principais modelos adotados pelos grupos *thugs* e pelos ativistas: Tupac, Bob Marley, Amílcar Cabral e Haile Selassie, o Ras Tafari. O rastafarianismo representa uma heterodoxia surgida a partir da inversão da interpretação cristã colonialista: na Bíblia, ferramenta essencial no processo de colonização, os rastafarianos encontraram metáforas da própria situação de sujeição e um convite à libertação (Hebdige, 1979, p. 57). Tomar como modelos Cabral e Selassie e valorizar os traços corpóreos mais africanos são formas de expressar o desejo de procurar percursos de construção identitária que sejam baseados no orgulho da pertença africana, em uma declarada tensão contra-hegemónica.

¹² Os nomes utilizados são fictícios.

Estes elementos que parecem inerentes ao nível analítico do empoderamento pessoal dos sujeitos, na verdade são também profundamente políticos e contra-hegemônicos no contexto da Praia. Cabo Verde é um arquipélago crioulo, que foi objeto de um povoamento sedentário só a partir da conquista portuguesa em 1460-1462. No começo as autoridades portuguesas tentaram promover um povoamento europeu, mas o projeto enfrentou um rápido fracasso por causa das difíceis condições climáticas, do isolamento geográfico e da escassez de recursos do território, bastante árido. A Coroa portuguesa decidiu então transformar o arquipélago em um lugar estratégico para o comércio de escravos. A posição geográfica intermédia entre os três continentes revelou-se favorável à proposta do rei: Cabo Verde, encontrando-se à frente das costas da Guiné, na época definida a “costa dos escravos”, tornou-se rapidamente um centro de desembarque e abastecimento dos navios negreiros, além de um ponto crucial para a penetração portuguesa no continente. A população cabo-verdiana em breve tempo constituiu-se a partir de uma minoria de brancos, na maioria homens portugueses, e um amplo número de escravos africanos, que as vezes obtinham o *status* de “negro liberado” (definidos *banhus*, *cassangas* ou *brâmes*) e, por sua vez, começavam a se inserir no comércio como acompanhadores ou intermediários dos negreiros. Os cabo-verdianos foram também utilizados pelos colonizadores portugueses como intermediários nas colônias continentais e investidos da ambígua representação de “portugueses de segundo nível” ou “africanos de primeiro nível” (Andrade, 2009). A profunda mestiçagem da população e o papel peculiar reservado aos cabo-verdianos nas outras colônias portuguesas influenciaram de maneira significativa o discurso identitário em Cabo Verde, que até hoje se constrói através de uma relação dialética entre os dois polos de referência da África e da Europa. Varela (2013, p. 15) e Alves (2010, p. 58) evidenciam que o discurso da mestiçagem e da perfeita harmonização entre portugueses e africanos, reforçado também pela teoria do lusotropicalismo do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, foi utilizado na ditadura de Salazar para justificar o domínio sobre as “províncias ultramarinas”¹³ em uma época em que o discurso colonial começava a ser posto em questão a nível internacional. Esta representação do cariz mestiço de Cabo Verde na verdade oculta as relações de violência e dominação na base do seu nascimento e reprodução. Varela (2013, p. 15) evidencia também como este discurso teria efeitos mais profundos de socialização subalterna do colonizado, que era feito “prosperar” ao próprio serviço ao preço da sua assimilação e, de consequência, alienação. Em Cabo Verde o mesmo discurso da mestiçagem é atualmente

¹³ Fórmula que o Estado português adotou para denominar as colônias no segundo pós-guerra com o objetivo de manter o domínio em um ambiente internacional desfavorável ao colonialismo.

reproduzido pelo poder através da auto-assunção da qualidade de interlocutor da Europa, facto que afasta inversamente as conceções com as referências subalternas, ou seja a África (*ibid.*). A elite política e intelectual do país continua a utilizar o discurso da branquitude e da mestiçagem como forma de ascensão social, cultural e política e como instrumento de reprodução do *status quo* (Varela, 2014, secção: Por uma operação antropofágica pós-colonial). O discurso da mestiçagem representa o que Marilena Chiaui (como citada em Alves, 2010, p. 86) chama de “discurso competente” da classe dominante, construído para uma identificação universal dos sujeitos harmónica e idêntica que esconda as desigualdades e as relações de domínio internas à sociedade. A violência simbólica colonial encontra-se hoje também no dispositivo de avaliação compartilhado no arquipélago, que tende a sobrevalorizar quanto for proveniente ou ligado ao Ocidente em detrimento de elementos locais ou africanos. Em Cabo Verde, de facto, vale a regra do duplo critério, transferindo a noção de Bourdieu (1999) do género à proveniência. Os produtos, as roupas, os percursos formativos, os traços somáticos que chegam de “fora” são considerados melhores que os locais, característica recorrente nos contextos de várias ex-colónias. É importante destacar que “fora” não significa qualquer origem externa ao país, mas só o mundo ocidental, em particular os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Nesse cenário assumir um estilo afrocêntrico significa mover uma crítica ao sistema dominante. As marcas da pertença africana, estigmatizadas pela herança colonial, são valorizadas pelos ativistas e tornam-se um motivo de orgulho, em uma dinâmica de tradução do estigma em emblema (Bourdieu, como citado em Palmas, 2009, p. 57).

A construção do estilo dos ativistas passa através da performance linguística também, que de novo se insere na busca de uma perspectiva afrocêntrica. Os ativistas, pois, promovem a utilização exclusiva do crioulo, a língua materna local, que a nível institucional é substituída pelo português, em um processo de marginalização que liga o moderno e o colonial (Varela, 2013, p. 20). Entre as ex-colónias portuguesas africanas, Cabo Verde atualmente é a única onde está em curso um processo de ordenamento gramatical e oficialização da língua local (Varela, 2014, secção: Por uma operação antropofágica pós-colonial). Os ativistas reconhecem o valor simbólico da língua crioula, talvez o mais forte testemunho da resistência cabo-verdiana à sujeição e à assimilação cultural (Varela, 2013, p. 20). Se a nível oral o crioulo é muito utilizado, a nível escrito continua a ser marginalizado. Os ativistas, entretanto, utilizam o crioulo nos cartazes, na Internet, nos folhetos e nos discursos oficiais. A língua torna-se um lugar de conflito, através da qual determinados modelos identitários e culturais são afirmados em contraposição àqueles hegemónicos.

Exercer a própria voz

Além de proporcionar um estilo e um horizonte cultural alternativo, os ativistas são protagonistas de ações que representam formas de política urbana, sendo atos concretos que saem do modelo tradicional da política e promovem um desenvolvimento de baixo para cima. Especificamente, várias tipologias de intervenção da *Korrenti* visam oferecer a oportunidade de exercer a própria voz às populações marginalizadas dos subúrbios.

Reunimo-nos todos em uma praça, enquanto algumas mulheres na rua ao lado preparavam o almoço para o grupo. Começou a sessão de Parlamento de Gueto: José, sendo o líder, fez um discurso de introdução, gravado por Kriu com a câmara. Faltava o microfone, normalmente presente nas sessões. José explicou o que é a *Korrenti*, os objetivos de reivindicação social e de promoção de uma maior justiça social, depois convidou os outros a falar. Kriu gravou o rosto de quem falava, segundo as instruções de José. Quase todos falaram, apresentaram-se, contaram a própria história ou começaram diretamente a acusar o sistema, a destacar a injustiça que vivem, o desejo de mudança. Carlos, da *Korrenti*, poucas vezes falou em público, mas hoje falou três vezes! A sessão durou três horas, todos falaram mais de uma vez. Quando o almoço ficou pronto não havia como encerrar a sessão. Quando a maioria das pessoas foram comer, alguém ainda ficou a falar sozinho à frente da câmara. (Notas de campo, 16 abril 2014)

Normalmente as sessões de Parlamento de Gueto acontecem nos bairros populares da Praia ou de zonas limítrofes¹⁴. Geralmente os ativistas trazem uma caixa de som que se torna o centro ao redor do qual se reúnem os moradores locais, em particular os homens jovens. A música rap passada pela caixa, ou improvisada pelos membros da *Korrenti*, e outras performances artísticas, como a batucada e a capoeira, representam o quadro ao redor do centro da ação, constituído pelo debate público em que participam todos os moradores da área. Todos podem pegar o microfone várias vezes e assim as sessões se prolongam por horas. Observando as sessões, o ato de falar em público parece ser até mais importante do que os discursos, muitas vezes repetidos. Os ativistas valorizam o poder da palavra e da sua reapropriação. A *Korrenti* direciona-se a indivíduos que muitas vezes são objeto de discursos hétero-produzidos e estigmatizantes. A segregação da cidade em duas zonas de altos e baixos rendimentos reproduz-se na representação hegemónica que desenha os subúrbios como áreas onde se concentram várias formas de degradação social (alcoolismo, violência urbana,

¹⁴ Durante o campo etnográfico foram organizadas duas sessões fora da cidade: no centro urbano de Assomada e em uma comunidade perto de Tarrafal.

pobreza, desestruturação familiar, baixa escolaridade). A propaganda mediática ligada à violência urbana contribuiu para impor o estigma da perigosidade a todos os jovens homens moradores dos subúrbios. O imaginário dominante tem um carácter binário e maniqueísta, que não deixa a quem é condenado a possibilidade de se resgatar. Nos Paramentos de Gueto e em outras intervenções parecidas atuadas pela *Korrenti*, os sujeitos considerados subalternos são convidados a produzir autonomamente o discurso sobre si e sobre os próprios bairros. A câmara focada no rosto e o microfone na mão tornam-se então instrumentos de reapropriação da subjetividade, das palavras e do poder de “dizer-se”.

A *Korrenti* visa reforçar a capacidade da população mais pobre de exercer a própria *voice* (Hirschman, 1970), ou seja, de debater, contestar, dissentir, propor a própria visão da condição atual e do futuro desejado, sem ter que se conformar com as definições estabelecidas *a priori* de inclusão e participação democrática, fornecidas pelo sistema hegemónico (Appadurai, 2013). Nessas ocasiões os ativistas exercitam um olhar crítico sobre a sociedade local, reclamando que os direitos políticos sejam acompanhados pelos direitos económicos e sociais e que a democracia cabo-verdiana se torne participativa, não somente representativa (Pureza, 2014, p. 2). Ao mesmo tempo, eles constroem uma representação mais complexa e multifacetada de si e dos bairros: reconhecem as dificuldades e a precariedade, mas também destacam os pontos de força próprios, como jovens propositivos e criativos, e do bairro, onde ainda são ativas as redes espontâneas de ajuda mútua e são presentes espaços inéditos de produção criativa¹⁵.

A experiência de “exercer a própria voz” ativa também outras dinâmicas significativas. Appadurai (2013) evidencia que existe uma distribuição desigual entre a sociedade da “capacidade de aspirar”: a classe social mais pobre tem acesso de maneira significativamente inferior às oportunidades de experimentar na prática essa capacidade cultural complexa. O exercício da própria voz representa, neste cenário, uma estratégia de empoderamento das classes mais pobres que favorece a aquisição de uma maior capacidade de aspirar (*ibid.*), condição preliminar para a emergência de um desenvolvimento de baixo para cima.

Ocupações e requalificações dos subúrbios

A construção de uma representação diferente dos próprios bairros não passa simplesmente através da produção de narrativas alternativas, mas também de intervenções coletivas no espaço urbano. A *Korrenti* promove práticas de reapro-

¹⁵ Por exemplo o grande número de estudos de gravação autoconstruídos presentes nestes bairros, onde vários grupos juvenis criam e gravam músicas.

priação e valorização dos espaços periféricos e marginais, em primeira instância através das campanhas de limpeza e das ocupações. As campanhas de limpeza são mobilizações da coletividade para retirar o lixo de uma determinada área. Na ilha de Santiago o desmantelamento do lixo representa uma questão não resolvida, presente enfaticamente nos bairros populares. No caso de Achada Grande Frente, o lixo está espalhado em muitas ruas do bairro, porém está mais concentrado no lado do morro que desce até o cais, completamente coberto pelo lixo e pelos excrementos humanos. Appadurai (2013) destaca que na Índia a classe social é medida através da distância que intercorre entre um indivíduo e os seus excrementos: a descer na escala social as pessoas são obrigadas a conviver com as próprias fezes por falta de sistema de saneamento e serviços sanitários. Na Praia é possível medir a escala social através da distância entre uma pessoa e o lixo não recolhido. Requalificar o bairro e aumentar a distância do próprio lixo representam práticas para a construção da dignidade pessoal e coletiva. As campanhas de limpeza, batizadas com um termo militar, sendo parte fundamental da luta dos ativistas, visam obter um envolvimento ativo dos moradores em relação ao próprio bairro. Além disso, constituem um veículo para a promoção de uma imagem positiva dos bairros periféricos e dos moradores e um instrumento de desenvolvimento social de baixo para cima. Os ativistas e os moradores locais, confinados geralmente pelas políticas ao papel de simples eleitores, voltam a se apropriar dos seus espaços de vida, descobrindo-se portadores de *agency* negada pelo discurso dominante.

Entretanto, as ocupações respondem à necessidade de se criar um lugar físico de referência, ao redor do qual possam ser construídas dinâmicas de proximidade fundamentais para a sobrevivência dos movimentos sociais (Castells, 2013, p. 19). A *Korrenti* atua ao redor da ocupação do Pilorinhu, estrutura edificada no bairro pela Câmara Municipal para ser um mercado do peixe, que nunca chegou a ser utilizada e se tornou uma lixeira e uma latrina utilizada pelos moradores do bairro. A ocupação do Pilorinhu começou justamente com uma campanha de limpeza para tornar o edifício um recurso utilizável pela comunidade. O Pilorinhu, uma vez limpo, tornou-se a sede efetiva das intervenções da *Korrenti*. O prédio oferece uma solução habitacional para alguns membros da *Korrenti*, em troca de um compromisso constante na luta e nas atividades desenvolvidas no edifício a favor da comunidade local. Esta escolha apoia tanto alguns ativistas de zonas afastadas da cidade que chegam para participar no movimento, quanto outros que, muitas vezes por causa dos conflitos nos gangues, fugiram dos próprios bairros e agora vivem uma condição de precariedade habitacional. As atividades organizadas no espaço baseiam-se na mobilização voluntária dos atores envol-

vidos no movimento segundo uma perspectiva definida de “*Djunta mô*”, ou seja, o juntamento das forças de cada um para alcançar benefícios comuns. No prédio são organizados cursos de autoformação abertos aos ativistas e à comunidade, que compreendem, por exemplo, capoeira e idiomas estrangeiros, carpintaria e arte circense. Ainda, no edifício os ativistas criaram a primeira biblioteca do bairro e um pequeno estudo de gravação decorado com grafite.

Uma das principais formas de intervenção do Governo e da Câmara na Praia consiste justamente na organização de vários cursos de formação, entre outros, para vendedoras de rua, líderes comunitários, atores aspirantes. Na proposta do Pilorinhu é possível ler por um lado uma reprodução do modelo institucional, por outro lado uma contraposição a este através da valorização dos saberes próprios da comunidade e do direito à autoformação. A *Korrenti* reconhece a importância das habilidades de cada sujeito, que pode experimentar não só o papel de beneficiário dos cursos, mas também de organizador e formador, com efeitos de empoderamento pessoal. O espaço, além disso, foi cenário de vários eventos: feiras de artesanato local, *contest* de música rap, festas para crianças. O objetivo destas ações consiste na transformação do Pilorinhu em um centro dinâmico a nível cultural e social. Este escopo opõe-se concretamente à hierarquização dos espaços da capital, que prevê a localização de todos os eventos e os lugares de interesse cultural nos poucos bairros abastados, sendo os bairros populares considerados *off limits* para a maioria da elite da Praia. A proposta de descentralização dos ativistas quer, pelo contrário, requalificar as zonas estigmatizadas da cidade através de intervenções que envolvam ativamente a comunidade. Os membros da *Korrenti*, pois, definem o Pilorinhu como “geral”, ou seja um espaço efetivamente público graças à ocupação.

Autoafirmação no espaço público e na rede

Como analisado, o espaço é uma temática central da reflexão dos ativistas, que se concretiza na apropriação e valorização de lugares esquecidos ou desvalorizados para os tornar recursos para a comunidade territorial. Ao mesmo tempo, o discurso sobre o espaço dirige-se em uma segunda direção, que compreende a afirmação dos ativistas em espaços públicos. Em uma cidade como Praia, com uma forte segregação espacial, a mobilização de grande número de pessoas feita pelos ativistas é funcional também como demonstração pública da própria presença na cena da cidade. Esse objetivo é atingido através da organização de reuniões dos membros não só no Pilorinhu, mas no Plateau, bairro central onde se encontram a Câmara Municipal e alguns ministérios. O estilo dos membros

da *Korrenti* torna-os imediatamente reconhecíveis, assim que a presença deles no centro da cidade veicula diretamente a reivindicação de reconhecimento feita à classe dirigente. A essas reuniões juntam-se também marchas de sensibilização ou denúncia social, feitas para atingir visibilidade e reconhecimento. No dia da comemoração da morte de Cabral, não estando prevista alguma manifestação oficial, a *Korrenti* organizou pela terceira vez uma “Marcha Cabral”, que partiu do Pílorinhu e chegou até a praça central. Esta marcha teve uma participação mais heterogênea a respeito das outras atividades organizadas no Pílorinhu: aos ativistas juntaram-se vários moradores do bairro, entre os quais mulheres, crianças e o grupo de batucada local. Com a exceção das manifestações dos estudantes das décadas de 1990 e 2000 (Lima, 2010, p. 6) e daquelas organizadas pelas instituições¹⁶, na Praia não existe uma tradição recente de manifestação popular, de modo que a numerosa participação na Marcha Cabral garantiu uma significativa visibilidade ao movimento.

Além disso, um outro pilar nas práticas da *Korrenti* consiste na atenção à comunicação. A *Korrenti* procura ativamente o envolvimento dos meios de comunicação locais nas atividades extraordinárias, assim como naquelas quotidianas. Embora esta estratégia não seja inovadora, é muito peculiar da época atual a utilização instrumental do espaço virtual como área de visibilidade e ressonância do movimento. Por exemplo, Castells (2013) analisa a importância da Internet e das redes sociais nos movimentos populares recém-surgidos no Oriente Médio, Espanha, Islândia, Estados Unidos. A *Korrenti* gere uma página de Facebook, diariamente atualizada, onde é documentada a maioria das atividades do movimento em tempo real. Os ativistas interiorizaram profundamente as potencialidades da rede em termos não só de reflexão, mas de co-construção da realidade. A comunicação é uma fonte decisiva da construção do poder, porque desenvolve um papel fundamental na batalha pela formação do significado na mente das pessoas (*ibid.*, p. 15). A rede, sobretudo para a população juvenil, não representa uma outra dimensão da vida real, mas é parte integrante desta. Se uma ação do movimento não for documentada e publicada on-line, perde parte fundamental do seu significado. As redes sociais saem dos canais tradicionais de ação política. Nessa característica estão as suas potencialidades como espaço de ação informal para uma co-construção participativa de discursos contra-hegemônicos.

Além disso, a Internet permite à *Korrenti* comunicar e procurar o apoio de entidades e redes além das fronteiras geográficas do país, tornando possível pensar em um novo tipo de política transnacional. Como reconhece Sassen (2010, p. 24), até as pequenas organizações com poucos recursos podem participar das redes

¹⁶ Por exemplo a marcha contra a violência sexual organizada pelo ICIEG na primavera de 2015.

globais, em uma perspectiva que vê a possibilidade de intervenção de atores diferentes dos Estados nacionais nas políticas transnacionais. Por enquanto, este lado do trabalho da *Korrenti* ainda está pouco desenvolvido, bem longe de alcançar o que Appadurai (2013) define como “*cross border activism*”, ou seja um ativismo baseado em uma rede que ultrapasse as fronteiras nacionais e forneça um horizonte onde articular políticas de “democracia profunda”, que tenham uma visão internacional, continuando enraizada no local. A *Korrenti* utiliza a rede com o objetivo de afirmar a própria presença e atividade a nível local, contudo procura uma ressonância a nível transnacional juntando-se com outras entidades semelhantes.

Ativismo e poder

A relação com o poder institucional

A relação da *Korrenti* com o poder pode ser analisada em diferentes níveis, entre os quais a relação entre o movimento e o poder político institucional e as relações de poder internas ao movimento. A relação com o poder político é uma das questões mais complexas na *Korrenti*, acerca da qual se focam também as críticas feitas por outros movimentos ou figuras públicas. Para compreender este elemento é necessário considerar as peculiaridades do contexto cabo-verdiano. As primeiras associações juvenis na época pós-independência foram criadas pelo partido único como instrumento de doutrinação da juventude, funcional à reprodução da ideologia partidária (Lima, 2012c, p. 265). Desde a abertura política a sociedade começou a assumir um carácter cada vez mais bipartidário. Consequentemente, as sucessivas experiências de associações comunitárias surgidas no país dificilmente ficaram fora da esfera de influência de um dos dois partidos, pois na sociedade cabo-verdiana não há lugar para quem não esteja alinhado (Évora, como citado em Lima, 2015, p. 108). Muitas vezes, as campanhas políticas baseiam-se na instrumentalização das associações comunitárias, que, em época de eleições, recebem financiamentos para as suas atividades, motivados, na verdade, pela venda de votos. Lima (2011a) denuncia que esta tendência não compreende só as associações: em época de campanha eleitoral, os políticos também ofereceram dinheiro aos *thugs*.

Neste cenário, a *Korrenti* não recusa as relações com as instituições. Considerando, por exemplo, a experiência da ocupação, um dado a salientar é que o movimento esperou o consenso da Câmara Municipal, antes de mobilizar as pessoas necessárias para tomar posse da estrutura. Isso aconteceu também no caso da ocupação do balneário de Lem Ferreira, edifício em desuso ocupado por

um outro grupo de ativistas ligado à *Korrenti* na primavera de 2014. A *Korrenti* procura constantemente um diálogo com as instituições, tanto municipais, ligadas ao MpD, quanto ministeriais, na mão do PAICV. Alguns projetos do movimento receberam um financiamento público, como a campanha pela entrega das armas apoiada pelo Ministério da Administração Interna. Este facto levou a que outros movimentos criticassem a *Korrenti* como instrumentalizada e partidária, longe de ser uma forma real de resistência política (Lima, 2014, p. 17).

O discurso dos ativistas a este propósito dirige-se em duas direções diferentes. Por um lado declaram-se conscientes das tentativas de instrumentalização operadas pelos partidos, especialmente nos momentos de campanha eleitoral, e decidem tirar o máximo benefício dessa dinâmica. É possível aplicar a esta relação a análise que Lima (2011a) desenvolveu a respeito dos *thugs*. Como os *thugs*, pois, os ativistas também são conscientes das relações de poder da sociedade cabo-verdiana e aproveitam-se da situação utilizando a tática, “arte dos fracos” e instrumento de resistência contra-hegemónico (*ibid.*). Reconhecendo a própria posição subordinada, utilizam a estratégia dos políticos para obter a maior vantagem possível, sem chegar a depender deles.

A segunda perspetiva dos ativistas funda-se no reconhecimento da importância do próprio saber concreto sobre as periferias, desenvolvido através da vivência quotidiana e da ação direta. A violência urbana, a questão juvenil e a condição dos subúrbios são preocupações políticas constantes, acerca das quais os ativistas reivindicam uma competência preciosa. A tentativa de dialogar com as instituições representa então uma estratégia para alcançar um reconhecimento oficial dessa competência, sem depender destas. Em relação ao caso da ocupação, por exemplo, o líder da *Korrenti* comentou na entrevista:

Sim, claro, pedimos permissão à Câmara e ao Governo para a ocupação do Pílorinhu. Pedimos apoio, também, com materiais de limpeza. Não nos deram nada, só a autorização. Afinal eram obrigados a conceder a autorização, o Pílorinhu era abandonado e eles sabiam que se tivessem negado a permissão, nós iríamos ocupar na mesma forma.

Embora as relações com os órgãos de governo e com as instituições sejam sempre portadoras do perigo da instrumentalização, como destacam outros movimentos que agem de maneira diferente, é importante reconhecer a *agency* dos ativistas nesta relação. A *Korrenti* não é só um sujeito passivo da instrumentalização partidária: conhece as regras do jogo e se envolve utilizando ora a tática, ora o dissenso declarado para remarcar a própria independência política.

As relações de poder internas à *Korrenti*

A *Korrenti* ataca as relações de poder que intercorrem no tecido social, as quais constroem e reproduzem a desigualdade em termos de redistribuição económica e reconhecimento. Ao mesmo tempo, todavia, o movimento é atravessado por relações de poder assimétricas, que em parte refletem o mesmo sistema que critica. Embora ataque a estrutura social oligárquica, a organização da *Korrenti* é igualitária só na aparência.

Em primeiro lugar, as decisões são tomadas geralmente pelo líder e poucos outros membros, que muitas vezes pertencem a outras organizações afiliadas. Essa estrutura hierárquica, porém, é ocultada no discurso reproduzido entre os ativistas da “liderança compartilhada”. Nas entrevistas os membros do movimento destacavam que na *Korrenti* todos são líderes. A retórica da liderança compartilhada parece ser um instrumento simbólico, mais do que um reflexo real da organização. Os membros da *Korrenti* levam um crachá de reconhecimento onde se encontram a fotografia, o logotipo do movimento e o papel desempenhado por cada um deles: secretário, vice-presidente, responsável da área de comunicação, etc. Em realidade, a maioria dos títulos não corresponde a papéis efetivos ou obrigações reais. A atribuição de títulos de prestígio é um dispositivo que opera uma conversão permanente, considerando as oposições binárias teorizadas por Bourdieu, do que é baixo/pobre/pequeno em alto/rico/grande (Palmas, 2009, p. 61). Os membros da *Korrenti* jovens, pobres, desempregados, com um baixo nível de instrução, moradores de bairros marginalizados, tornam-se ativistas e líderes, através de um processo que visa construir uma imagem positiva de si, e não subalterna. Contudo, a procura e a valorização da liderança pessoal dos ativistas refletem o sistema hegemónico de domínio, caracterizado por um profundo carácter hierárquico.

Ao mesmo tempo, a retórica da autoridade é um pilar de um segundo sistema de dominação que permanece invisível nos discursos dos ativistas: o sistema de opressão de género. Infelizmente, não será possível aprofundar a complexidade da questão atual de transformação no sistema de género cabo-verdiano e da ligação entre ativistas e estas mudanças sociais¹⁷. É importante destacar que o modelo hegemónico de masculinidade atual está a ser questionado seja pelas mudanças socioeconómicas, que enfraqueceram os privilégios masculinos em termos de distribuição da riqueza, seja pelas novas performatividades de género das mulheres, que desenvolvem uma reivindicação de reconhecimento. As associações femininas que lutam pela emancipação das mulheres contribuiram para

¹⁷ Para aprofundar o argumento, ver Stefani (2015).

tornar a temática da igualdade e equidade de género um argumento de debate público e um objetivo político nacional. Recentemente foi promulgada uma nova lei contra a violência baseada no género e atualmente existe uma participação feminina de 49% no Governo.

Os ativistas, porém, não consideram a questão da opressão de género nas próprias práticas e discursos, focando-se somente no eixo de discriminação da classe social. Mesmo em relação à pertença de classe, os ativistas definem-se porta-vozes da inteira comunidade do bairro de referência e, mais em geral, de toda a faixa socioeconómica mais baixa da população. Ao afirmar isso, contudo, não tomam em conta a ausência da metade feminina da população. Na *Korrenti*, pois, são envolvidas ativamente algumas mulheres, mas a maioria delas são estrangeiras. As cabo-verdianas afiliadas¹⁸ participam com frequência inconstante e muitas vezes desenvolvem papéis tradicionalmente femininos, de escasso prestígio, “naturalmente” adequados para elas: cozinhar, tomar conta das crianças, limpar, enquanto ficam à margem dos processos onde se tomam decisões ou se produzem discursos públicos. Por exemplo, nas sessões de Parlamento de Gueto é muito difícil que uma mulher tome o microfone para falar em público. Uma das causas desse facto é com certeza a pesada carga de responsabilidade concentrada nas mulheres, tanto a nível de trabalho doméstico quanto de sustento económico da família. Não surpreende, então, que, oprimidas pela dupla jornada de trabalho, as mulheres não encontrem o tempo para participar das atividades do movimento. As atividades mesmas, além disso, não são organizadas para permitir a participação feminina: dificilmente as reuniões são fixadas com aviso prévio e a comunicação interna é problemática, por motivos de ordem económica e organizacionais.

Contudo, é possível supor também que o fator fundamental que limita a participação das mulheres seja exatamente a falta de reconhecimento da opressão de género entre os ativistas. A promessa de realizar uma sociedade baseada em uma maior justiça social destina-se exclusivamente a um público masculino, evitando pôr em discussão os pressupostos androcêntricos dos discursos e das práticas da *Korrenti*. Pelo contrário, a afiliação ao movimento de ativistas representa para os jovens moradores do bairro pobre de Achada Grande Frente um instrumento para atuar uma performance de masculinidade não subordinada. Impossibilitados de se realizarem no modelo da masculinidade hegemónica local por falta de dinheiro e poder, os jovens do bairro estariam condenados a performar formas de masculinidade que são desvalorizadas e condenadas pelo sistema de género local. Neste cenário, o ativismo proporciona percursos alter-

¹⁸ Com a rara exceção da contribuição saltuária de umas cabo-verdianas formadas, valorizadas no movimento.

nativos àquele tradicional da masculinidade que, todavia, retomam e enfatizam caracteres próprios da masculinidade hegemônica, como a liderança, a afirmação no espaço público e a valorização da performance estética. Os ativistas afirmam, de maneira talvez não consciente, a própria superioridade derivada do gênero de pertença, construído através de uma relação que subordina a feminilidade e as outras formas de masculinidade, constituindo o que Connell (1996, p. 93) definiu “masculinidade de protesto”. Na forma atual, então, o ativismo da *Korrenti* legitima o *status quo* na estrutura de dominação sobre as mulheres e dificulta o real envolvimento delas no movimento.

Conclusões

É possível então acreditar que o tipo de política urbana desenvolvida pela *Korrenti di Ativistas* promova mudanças no contexto social a nível de reconhecimento e de redistribuição, que se consideram esferas separadas, mas conexas (Fraser, 2013). Taylor (1992) teorizou o conceito de “política de reconhecimento”, com referência àquelas políticas que estendem uma competência moral a todas as pessoas com visões de mundo profundamente diferentes das nossas. No caso descrito neste artigo, a *Korrenti* reivindica a competência moral da faixa socioeconômica mais pobre da população e o direito a uma participação paritária da vida cultural, social, econômica e política da cidade. Appadurai (2013), considerando o caso dos *slums* de Mumbai, que partilha algumas analogias com Praia, analisa a dificuldade em mudar os termos de reconhecimento social das elites dominantes, porque até os pobres geralmente os interiorizam e os utilizam. A ação da *Korrenti*, então, visa eliminar esse problema através da construção de uma narração alternativa da realidade social. O estilo performativo afrocêntrico, as ocupações, a requalificação e revalorização dos bairros populares, as sessões de Parlamento de Gueto, são todas ações que visam criar coletivamente um discurso alternativo àquele hegemônico, que tem a tendência de culpar os sujeitos da sua pobreza e a reproduzir a ordem social existente. O Parlamento de Gueto, em particular, é um dispositivo que permite aos jovens marginalizados da sociedade expressar a própria voz, construir um dissenso. Os ativistas, de facto, reconhecem como foco crucial na política do reconhecimento a necessidade de resolver a falta de recursos dos pobres no exercício da própria *voice* (Hirschman, 1970). Embora seja um fenômeno recente, essa política da *Korrenti* e dos outros movimentos de ativistas está a produzir resultados em termos de reconhecimento: hoje está a ser construído um discurso coletivo nas periferias da cidade, que começa a ter visibilidade externa, através das redes sociais, dos meios de comunicação oficiais e do diálogo

com as instituições locais. A pergunta que continua sem solução é quanto o reconhecimento cultural pode influir positivamente sobre a redistribuição (Fraser, 2013).

Embora não se queira responder a essa pergunta com este artigo, é necessário reconhecer que a política dos ativistas atua também a nível de redistribuição, operando no eixo das capacidades e, em consequência, do poder. A requalificação dos subúrbios visa redistribuir o espaço da cidade e os recursos, enquanto as autoformações promovem a *agency* dos sujeitos e o desenvolvimento de capacidades pessoais. Appadurai (2013) fala a este propósito da “capacidade de aspirar” como uma meta-capacidade mais difundida entre quem tem maior poder, dignidade e recursos materiais. Ela consiste na consciência dos nexos entre os objetos aos quais é possível aspirar em um determinado contexto e na possibilidade de avançar por tentativas e experimentar. A “capacidade de aspirar” representa, pois,

uma capacidade de navegação, por meio da qual os pobres podem redefinir os termos das trocas entre reconhecimento e redistribuição e, através de confrontos e negociações com o estado e o poder do mercado, podem demonstrar e performar as suas habilidades de criar esperança coletiva. (*Ibid.*, p. 126)¹⁹

As autoformações, os Parlamentos de Gueto e os eventos organizados pela *Korrenti* constituem lugares de descoberta destes nexos e de experimentação dos mesmos. A *Korrenti* apoia a redistribuição da capacidade de aspirar criando as condições para que os sujeitos possam praticá-la, utilizá-la várias vezes e experimentá-la, através da elaboração do dissenso e das ações de política urbana de baixo para cima. O recente ativismo social da *Korrenti* parece, então, ser um desafio interessante contra o *status quo* da ordem social da Praia, porque põe em discussão a sua validade de forma inovadora e concreta. Contudo, a riqueza de significado das ações do movimento é parcialmente obscurecida pela falta de participação feminina. Como pode um movimento social *grass-roots* modificar os termos do reconhecimento e da redistribuição na sociedade geral, se não consegue modificá-los no seu interior? Um compromisso real e autocrítico para o reconhecimento e a redistribuição dos recursos em relação às companheiras de luta dos ativistas não constitui uma opção possível, mas uma etapa obrigatória no percurso transformativo proposto pela *Korrenti*, que se for evitada afetará a realização da inteira missão do movimento.

¹⁹ Tradução da autora.

Referências

- Alves, V. M. P. (2010). *Tra armonia e contraddizione. Dall'ideologia del colonialismo portoghese alla critica di Amílcar Cabral*. Padova: Il Poligrafo.
- Andrade, E. (2009). Cabo Verde: Do seu achamento à independência nacional. Breve resenha histórica. In A. F. C. Semedo (Org.), *Religião e cultura: A influência da religião católica na reprodução da dominação masculina em Cabo Verde*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Acedido em 10 de outubro, 2015, de <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB011.pdf>
- Appadurai, A. (2013). *The future as a cultural fact: Essays on the global condition*. Londres & Nova Iorque: Verso.
- Appadurai, A. (2011). *Le aspirazioni nutrono la democrazia*. Milano: Et al.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis & Londres: University of Minnesota Press.
- Balandier, G. (1985). *Le détour. Pouvoir et modernité*. Paris: Fayard.
- Bordonaro, L. (2012a). Masculinidade, violência e espaço público: Notas etnográficas sobre o bairro Brasil da Praia (Cabo Verde). *Tomo*, 21(2), 101-136.
- Bordonaro, L. (2012b). Tolerância zero crioula: Cabo Verde e a “guerra contra o crime”. In J. M. Pureza, S. Roque, & K. Cardoso (Orgs.), *Jovens e trajetórias de violências: Os casos de Bissau e da Praia* (pp. 83-106). Coimbra: Almedina.
- Bourgois, P. (1996). *In search of respect: Selling crack in El Barrio*. Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (1999). *Il dominio maschile* (trad. de A. Serra). Milano: Feltrinelli. (Obra original publicada em 1998)
- Capello, C., & Lanzano, C. (a c. di). (2012). Giovani in Africa. Prospettive antropologiche. Un'introduzione. *Afriche e Orienti*, 3-4, pp. 5-14.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet* (Trad. de C. A. Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 2012)
- Connell, R. (1996). *Maschilità: Identità e trasformazioni del maschio occidentale*. Milano: Feltrinelli. (Obra original publicada em 1995)
- Fraser, N. (2013). *Fortunes of feminism: From state-managed capitalism to neoliberal crisis*. Londres: Verso.
- Furtado, E. R. (2008). *A expansão da cidade da Praia, na década de 1999-2000: Crescimento espontâneo e pobreza urbana*. Tese de mestrado, Universidade Jean Piaget, Praia, Cabo Verde.
- Hebdige, D. (1979). *Subculture: The meaning of style*. Londres: Methuen.
- Hirschman, A. (1970). *Exit, voice and loyalty: Responses to decline in firms, organizations, and states*. Cambridge: Harvard University Press.
- Lima, R. W. (2010). Thugs: Vítimas e/ou agentes da violência? *Direito e Cidadania*, 30, pp. 191-220. In <http://hdl.handle.net/10961/3236>
- Lima, R.W. (2011a). Já accuse... a manutenção da delinquência juvenil grupal pelos partidos e seus ativistas oligárquicos. *Expresso das Ilhas*. Acedido em 15 de outubro, 2015, de <https://independent.academia.edu/RedyWilsonLima>
- Lima, R. W. (2011b). Praia, cidade partida: Apropriação e representação dos espaços. In L. Bussotti, & S. Ngoenha (Orgs.), *Cabo Verde da independência a hoje – Estudos pós-coloniais* (pp. 49-66). Udine: Aviani & Aviani.

- Lima, R. W. (2011c). Tribos urbanas da Praia: Os casos dos *thugs* e dos *rappers*. In I. Évora, & S. Frias (Orgs.), *1º Seminário sobre ciências sociais e desenvolvimento em África* (pp. 43-50). Lisboa: CEsa.
- Lima, R. W. (2012a). Bairros desafiliados e delinquência juvenil: O caso do bairro da Achada Grande Trás. In M. Silva, L. Pina, & P. Monteiro Jr. (Orgs.), *Estudos em comemoração do quinto aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais* (pp. 123-151). Praia: ISCJS.
- Lima, R. W. (2012b). Delinquência juvenil coletiva na Cidade da Praia: Uma abordagem diacrónica. In J. M. Pureza, S. Roque, & K. Cardoso (Orgs.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia* (pp. 57-82). Coimbra: Almedina.
- Lima, R. W. (2012c). *Rappers cabo-verdianos e participação política juvenil*. Tomo, 21, pp. 263-294.
- Lima, R. W. (2014). Jovens e processos de afirmação na cidade da Praia, Cabo Verde. *P@x-Boletim Online da Linha de Estudos para a Paz*, 25, pp. 16-17. Acedido em 20 de outubro, 2015, de <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/p@x/pdf/P@x25pt.pdf>
- Lima, R. W. (2015). A imprensa escrita e a cobertura dos conflitos entre gangues de rua em Cabo Verde. In L. Bussotti, M. Barros, & T. Grätz (Orgs.), *Media freedom and right to information in Africa* (pp. 99-123). Lisboa: CEI-IUL.
- Martins, F. (2010). O paradoxo das oportunidades: Jovens, relações geracionais e transformações sociais – Notas sobre Cabo Verde. *Working Paper CRIA*, 4.
- Palmas, L. Q. (2009). *Dentro le gang. Giovani, migranti e nuovi spazi pubblici*. Verona: Ombre Corte.
- Pureza, J. M. (2014). O cosmopolitismo contra-hegemónico: Um desafio aos estudos para a paz. *P@x- Boletim Online da Linha de Estudos para a Paz*, 25, pp. 2-3. Acedido em 20 de outubro, 2015, de <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/p@x/pdf/P@x25pt.pdf>
- Sangreman, C. (2009). *A exclusão social em Cabo Verde: uma abordagem preliminar*. Lisboa: CEsa.
- Sassen, S. (2010). Le città globali e le gang. In L. Q. Palmas (a c. di), *Atlantico latino: Gang giovanili e culture transnazionali* (pp. 11-28). Roma: Carocci.
- Taylor, C. (1992). *Multiculturalism and the politics of recognition: An essay*. Princeton University Press.
- Singerman, D. (2011). The negotiation of waithood. The political economy of delayed marriage in Egypt. In S. Khalaf, & R. S. Khalaf (Eds.), *Arab youth. Social mobilisation in times of risk* (pp. 85-108). Londres: Saqi Books.
- Stefani, S. (2015). *Thug life e ativismo social: Construções de masculinidades de protesto nos bairros populares da cidade da Praia (Cabo Verde)*. *Novos Debates*, 2(1), 19-28.
- Varela, O. (2008). A governação neoliberal e a emergência de formas alternativas de governação política, económica e social na África Subsariana. Yaoundé: CODESRIA. Acedido em 8 de outubro, 2015, de http://www.codesria.org/IMG/pdf/Odair_B_-_Varela.pdf?1195/58a56f8cb78984d75b9de789d0789c31bee2cefd
- Varela, O. (2013). Cabo Verde: A máquina burocrática estatal da modernidade (1614-1990). In C. M. Sarmiento, & S. Costa (Orgs.). *Entre África e a Europa. Nação, Estado e democracia em Cabo Verde* (pp. 173-208). Coimbra: Almedina.
- Varela, O. (2014). Manifesto 'Lusofóbico': Crítica da identidade cultural lusófona em Cabo Verde. *Desafios - Revista Científica da Cátedra Amílcar Cabral*, 2, pp. 219-243. Acedido em 13 outubro, 2015, de http://www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/RevistaCT/revista_desafios2.pdf